

Pobreza caiu 19% no governo Lula, aponta pesquisa

(Não Assinado)

Entre 2003 e 2005, o Brasil viveu um segundo Plano Real em termos de redução da pobreza. Essa é a conclusão de um estudo realizado por Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio. O trabalho de Neri, que será apresentado em detalhes nesta sexta, foi realizado com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2005, recém-divulgada.

De acordo com Neri, a redução da miséria entre 2003 e 2005, de 19,18%, foi até ligeiramente maior do que a verificada entre 1993 e 1995, de 18,5%. A proporção de miseráveis caiu de 35,3% para 28,8% entre 1993 e 1995 e de 28,2% para 22,7% entre 2003 e 2005.

O economista da FGV observa que aqueles dois períodos estão separados por oito anos, de 1995 a 2003, de estagnação na diminuição da miséria, que se reduziu apenas de 28,8% para 28,2% da população.

O CPS usa uma linha de miséria própria, que se aproxima da linha de pobreza utilizada por instituições ligadas ao governo. O número de miseráveis em 2005, de acordo com a linha de pobreza do CPS, era de cerca de 41 milhões.

Para o cientista político Octavio Amorim, da FGV do Rio, a queda da miséria de 2003 a 2005 ajuda a explicar os excepcionais índices de intenção de voto no presidente Luiz Inácio Lula da Silva este ano, apesar dos muitos escândalos e denúncias durante a sua gestão. Para Amorim, existe de fato um paralelismo com os índices de popularidade de Fernando Henrique Cardoso no início do seu primeiro mandato, quando a pobreza também despencou.

Neri, do CPS, explica que a pobreza metropolitana e a rural tiveram evolução muito diferente de 1993 até hoje. Enquanto no campo a queda no número de pobres foi contínua e mais regular (embora mais rápida nos dois períodos de queda geral), nas metrópoles a oscilação foi muito grande, com grande melhora naqueles dois períodos e um aumento substancial nos dez anos de estagnação.

A miséria rural caiu 10% entre os anos de 1993 e 1995; 7,4% de 1995 a 2003; e 12,6% de 2003 a 2005. A proporção de miseráveis no campo era de 62,79% em 1993, caiu para 56,5% em 1995, para 52,31% em 2003 e para 45,74% em 2005.

Já no caso da miséria metropolitana, houve uma queda de 32% no primeiro período, um aumento de 41% no segundo e nova queda de 23,7% entre 2003 e 2005. O índice era de 22,16% em 1993, caiu para 15,07% em 1995, subiu para 21,25% em 2003 e voltou cair para 16,22% em 2005.

Esses resultados mostram que houve uma grande crise metropolitana de 1993 a 2003, afirma Neri. Ele acha que as muitas turbulências financeiras e cambiais de 1995 a 2001 recaíram mais sobre as áreas metropolitanas, mais integradas financeiramente com o mundo e mais sensíveis aos impactos das altas taxas de juros.

Já as áreas rurais foram protegidas do impacto das crises pelas transferências crescentes das políticas previdenciárias e sociais, como aposentadoria rural, Bolsa-Família e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC, voltados para idosos e deficientes).

Mesmo programas que não foram desenhados especificamente para o campo, como o Bolsa-Família e o BPC, atingiram inicialmente os pobres rurais e só agora começam a chegar com mais intensidade às grandes cidades, explica Neri.

Uma diferença ressaltada por Neri entre os dois períodos de queda da pobreza é que entre 1993 e 1995 o movimento aconteceu bem mais pelo lado do crescimento econômico, enquanto de 2003 a 2005 o principal fator foi a redução da desigualdade. No primeiro período, a renda média aumentou 24,77%, mais que o dobro dos 9,98% de 2003-2005. Em compensação, nesse segundo período a queda da desigualdade foi o dobro. Houve um crescimento mais modesto do bolo, mas com mais redistribuição, diz o economista.

/td>